

**CONTABILIDADE AMBIENTAL:
Nível de Conhecimento dos Profissionais da Área Contábil de Itaperuna.**

Valéria Apolinário Andrade¹
Rafael Silva Santos²
Jesuina Figueira Cezar³

RESUMO: Trata-se de um estudo que visa investigar o nível de conhecimento dos profissionais da área contábil sobre a Contabilidade Ambiental nas empresas, e como esses profissionais avaliam a contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental. A pesquisa foi realizada em Itaperuna-RJ e comparou seus resultados com a pesquisa de Martendal (2013) realizada em Florianópolis-SC. O método utilizado foi o de Survey, o questionário estruturado teve 16 perguntas para obter respostas baseadas na escala Likert e 1 pergunta aberta. Foi constatado que muitos dos profissionais da Contabilidade não possuem um conhecimento satisfatório sobre o tema. Os resultados foram parecidos com os do estudo comparado. Entretanto, a maioria dos entrevistados concorda e está ciente de que o adequado registro contábil dos eventos ambientais pode contribuir para um melhor gerenciamento dos recursos aplicados.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Ativos Ambientais. Passivos Ambientais. Conhecimento.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade Ambiental tem crescido seu grau de importância no ambiente empresarial, porque além da questão da disponibilidade ou escassez de recursos naturais e da poluição do meio ambiente, existem debates econômicos, políticos e sociais em todo o mundo voltados para esta temática.

Segundo Cezar (2008, p.12) e Cezar e Silva Junior (2008) o meio acadêmico tem discutido duas perspectivas distintas acerca do papel das organizações. De um lado, a economia clássica que defende que as organizações existem para maximizar valor para o acionista, expectativa dos *shareholders*, (FRIEDMAN, 1970); de outro, a teoria dos *stakeholders* (FREEMAN, 1984) que defende que as organizações existem para atender a demanda de um grupo maior e mais abrangente de atores sociais, entre eles, os acionistas, o corpo diretivo, o corpo funcional, fornecedores e clientes, governos, entre outros.

A perspectiva dos *stakeholders* (Proprietários, Funcionários, Fornecedores, Consumidores, Comunidade local) afirma que o resultado final das atividades empresariais deve levar em consideração os retornos de todos os envolvidos. Então

se a empresa, através de seus gestores, realiza uma atividade que polua o ar, por exemplo, estes não atendem a expectativa de retorno dos *stakeholders* envolvidos.

“A decisão de investir em um ou outro projeto social/ambiental fica a critério do gestor.” (NOSSA et al., 2009, p. 123). A contabilidade interage com os gestores das empresas. Os profissionais da área contábil podem contribuir para os investimentos na gestão dos recursos naturais atuando diretamente nos relatórios e com o adequado conhecimento sobre o assunto. Investir ou não no meio ambiente, trata-se de uma decisão tanto de cunho financeiro, quanto ético-social, estando os contadores diretamente envolvidos nestas decisões e mensurações dos ativos investidos para a obtenção do retorno esperado pelos gestores. (MARTENDAL et al., 2013, p. 30-31)

Desta maneira a sustentabilidade é realidade dentro das empresas, necessitando de registros e conhecimentos. A contabilidade, através de suas técnicas, pode auxiliar os gestores da organização em suas tomadas de decisões sobre impactos ambientais e sociais na localidade em que a empresa esteja inserida. A contabilidade participa no registro de eventos ambientais que causam impactos no meio ambiente e conseqüentemente no resultado contábil e financeiro das empresas. (RIBEIRO, 2005)

O contador, de acordo com Sá (2010), tem sido peça chave dentro das instituições e possui a função de mantê-la saudável, além de manter sadia toda a sociedade. Assim, a contabilidade demonstra uma ligação entre o meio ambiente e as empresas, pois o patrimônio pode ser afetado dependendo da atuação da entidade com o meio ambiente, além de eliminar agressões ao meio, com as ações tomadas pela entidade. (RIBEIRO, 2006)

A contabilidade interpreta, analisa, identifica, registra as operações das entidades, buscando soluções para amenizar os impactos surgidos de ações tomadas por elas, visando assim uma sustentabilidade financeira e ambiental. (QUEIROZ, 2000)

De acordo com Albuquerque et al. (2007), a busca por profissionais da Contabilidade que atuam na área socioambiental e que atendam determinações legais que promovam o desenvolvimento sustentável, está cada vez mais sendo requisitada.

Diante desta constatação espera-se que os profissionais contábeis invistam

em conhecimentos teóricos e legais a respeito da Contabilidade Ambiental que estuda, por exemplo, os benefícios ou prejuízos que uma determinada atividade empresarial ou um produto específico podem depositar no meio ambiente. Este ramo da Contabilidade estuda formas de mensuração e divulgação de atos empresariais que envolvam e impactem o meio ambiente em que estejam inseridos.

Diante também da constatação de certa carência principalmente no que tange a continuidade e comparabilidade das pesquisas que abordam empiricamente conhecimento e avanços na Contabilidade Ambiental, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade da cidade de Itaperuna-RJ sobre Contabilidade Ambiental?

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral identificar o nível de conhecimento dos profissionais da área contábil sobre a contabilidade ambiental nas empresas, e como esses profissionais avaliam a contribuição da Ciência Contábil para a Sustentabilidade e Gestão Ambiental. E quanto aos objetivos específicos busca-se: Descrever os conceitos de Contabilidade Ambiental e verificar os benefícios desse ramo da contabilidade; Definir ativo e passivo ambiental, Receita e Custo ambiental; Analisar vantagens/desvantagens econômicas a partir da utilização da Contabilidade Ambiental; Verificar se os profissionais da área Contábil fazem o uso ou possuem o conhecimento desse ramo da Contabilidade; Confrontar os resultados obtidos com os encontrados na literatura, especificamente com os resultados obtidos no estudo de Martendalet al. (2013).

Uma limitação que deve ser considerada neste trabalho é que os resultados são condicionados à amostra observada, como normalmente ocorre nas pesquisas empíricas. Assim, deve-se refutar a generalização dos resultados em termos de profissionais contábeis atuantes no nosso país.

Espera-se que esta pesquisa corrobore na continuidade e comparabilidade das pesquisas que abordam empiricamente conhecimento e avanços da Contabilidade Ambiental e que contribua na compreensão teórica a respeito da Contabilidade Ambiental e que evidencie uma percepção do nível de conhecimento dos profissionais da área contábil sobre o assunto no município de Itaperuna -RJ.

1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade pode ser definida como uma ferramenta que contribui na análise dos recursos e resultados obtidos, além de auxiliar na tomada de decisão. (OTT e DALMAGRO, 2002). Marion (2006, p.26) acrescenta a ampliação de fornecimento de dados para os usuários externos: "a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa."

Os administradores e gestores tomam suas decisões através das informações contábeis obtidas com os relatórios financeiros e gerenciais, estes devem fornecer informações úteis, devendo ser compreensivas, claras e objetivas, caracterizando assim a contabilidade. (LOPES, *et al.*, 2007)

A contabilidade ambiental surgiu por causa da preocupação com o meio ambiente, surgiu como um ramo da ciência contábil destinada a avaliar e mensurar as movimentações econômicas e financeiras que envolvem o meio ambiente (KRAEMER, 2005).

Segundo Antunes (2011), a contabilidade ambiental é "a contabilidade dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto pode originar no meio ambiente, conjunto de ações pensadas com vista ao desenvolvimento de um projeto, tendo em conta a preservação do meio ambiente".

A contabilidade ambiental demonstra as ações das empresas de acordo com o meio ambiente, demonstrando tudo o que é feito para preservar o meio ambiente. (ROSA & LUNKES, 2005)

Os problemas ambientais passam de problemas locais para problemas globais e sua solução ou minimização passa a exigir não só da sociedade, mas também das empresas atitudes para soluções, devendo assim considerar o meio ambiente em suas decisões e ações. (BARBIERI, 2004)

Para Pfitscher (2004), "a contabilidade ambiental tem por finalidade tornar pública toda e qualquer atitude das entidades que possa influenciar o meio ambiente, reconhecendo os custos, passivos e ativos ambientais"

2 IMPORTÂNCIA E FINALIDADE DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente se tornaram assunto global e de intensa importância, tornando objeto de debate econômico,

político e social em todo mundo, dessa forma a contabilidade ambiental tem crescido em importância para as empresas. (TEIXEIRA, 2000 p. 3)

Carvalho (2012, p.101) cita como importância da contabilidade ambiental que “basta que se olhe para a devastação das riquezas naturais, sem que registros tenham sido feitos nos anais contábeis das empresas e do governo para que se note quão omissa tem sido a ciência em relação ao meio ambiente”.

A finalidade da Contabilidade Ambiental é de fornecer informações externas para prestação de contas das atividades, servir de parâmetro no gerenciamento das atividades e auxiliar no planejamento estratégico, na sua elaboração, sendo assim, designada para atuar como registro e geração de relatórios. Paiva, (2003, p. 17)

De acordo com Tinoco, Kraemer(2004), as empresas têm algumas razões básicas para adotar a Contabilidade Ambiental. Entre essas razões está a Gestão Interna, as Exigências Legais e também a Demanda de Parceiros Sociais. Dessa forma, as empresas visam relacionar a gestão ambiental e seu controle, objetivar a redução de custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos, as empresas necessitam ter controle dos riscos ambientais para se livrar de multas e indenizações, além das empresas estarem submetidas a sofrer pressões dos clientes, empregados, organizações ecológicas, seguradoras, comunidade local, acionistas, bancos e investidores.

O objetivo da contabilidade ambiental é identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, evidenciando a situação patrimonial ambiental da Indústria. (RIBEIRO, 2005)

a. CONTAS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

i. ATIVO AMBIENTAL

Ativo, de forma genérica, segundo Marion (2002, p. 53), tem a seguinte definição: “O Ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros”.

Os ativos ambientais segundo Pfitscher (2004) são entendidos como bens e direitos, no caso de ambientais, são valores que visam permitir ao usuário uma informação e uma avaliação das ações ambientais.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 177) citam: “São ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes de atividades de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo

Para melhor entender quem compõe estes ativos pode-se citar algumas classificações de acordo com Pfitscher (2004): Estoques (Insumos adicionais ao processo produtivo de armazenamento e transporte para eliminar, reduzir e controlar os níveis de emissão de resíduos ou materiais para recuperação ou reparos de ambientes afetados); Imobilizado (Investimentos realizados na aquisição de itens que viabilizem a redução de resíduos poluentes durante o processo de obtenção das receitas e cuja vida útil se prolongue além do término do exercício social: máquinas, equipamentos, instalações, etc. empregados no processo de controle ambiental).

ii. PASSIVO AMBIENTAL

Os passivos ambientais devem ser constituídos pela expectativa de sacrifício de benefícios futuros impostas por legislações e regulamentações ambientais, como taxas, contribuições, multas e penalidades por infrações legais e, ainda, em decorrência de ressarcimento a terceiros por danos provocados, estimativas de gastos para recuperação e restaurações de áreas degradadas, seja por iniciativa própria, seja exigida por lei ou terceiros. Enfim, todos os compromissos que impliquem o provável consumo de recursos futuros para fazer face às obrigações decorrentes de questões ambientais. (RIBEIRO, 1998, p. 70)

Na opinião do IBRACON (1996, p.5) o passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo bem como multas e indenizações em potencial.”

Para a melhor compreensão destes passivos, estes podem ser classificados de acordo com Nazareno (2002 *apud* PFITSCHER 2004) na obtenção de ativos tais como: Aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de águas químicas, etc.). Insumos que serão inseridos no processo operacional que não produza resíduo tóxico; Despesas de Manutenção e operação do departamento de gerenciamento ambiental, inclusive mão-de-obra; Gastos Recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão-de-obra, insumos em geral, etc.);

Multas por infrações ambientais; Danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública, etc

Para JUNIOR (1999; p.6), um Passivo Ambiental deve ser reconhecido, quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação.

O IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, de acordo com a Norma e Procedimentos de Auditoria NPA-11 – Balanço e Ecologia (ICBRASIL, 1996), conceituam o Passivo Ambiental como: “Toda agressão que se praticou ou prática contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo”.

iii. RECEITA AMBIENTAL

As receitas ambientais podem ser exemplificadas pelos seguintes atos prestação de serviços na gestão ambiental; venda de produtos a partir de sobras e sucatas; participação no faturamento da parcela que demonstra sua atuação responsável com o meio ambiente.

De acordo com Lúdicibus (2002, p.131) receita é: [...] valor monetário, em determinado momento na produção de bens e serviços da entidade, que provoca acréscimos no patrimônio líquido e simultâneo acréscimo de ativo, sem necessariamente provocar, ao mesmo tempo, um decréscimo do ativo e do patrimônio líquido, caracterizado pela despesa. Pode-se citar como receita ambiental tudo aquilo que provém da atividade desenvolvida pela empresa, seja indústria, comércio ou uma empresa de prestação de serviços. (PFITSCHER, 2004).

Segundo o IASB (apud IUDÍCIBUS & MARION, 2000, p.173) a receita pode ser definida como: “(...) o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redundam num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital (...)”

iv. CUSTOS AMBIENTAIS

Os custos ambientais classificam-se sob os seguintes aspectos (CFC,2000):

Custos de Prevenção – destinados à redução da quantidade de poluentes expelidos no processo produtivo.

Custos de Controle – destinam-se a manter as agressões ambientais dentro dos limites estabelecidos anteriormente.

Custos de Correção – destinam-se às recuperações decorrentes dos danos causados ao meio ambiente.

Custos de Falhas – referem-se aos custos de falhas ocorridas no processo de redução, controle e correção da agressão ao meio ambiente.

Custos das Externalidades – decorrem dos impactos gerados pelas empresas, que poderão no futuro, virem a tornarem-se importantes.

Na visão de Ribeiro (1992, p.80):

O valor dos insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações do processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como serviços externos e os gastos para realização de estudos técnicos sobre a metodologia e procedimentos adequados podem constituir-se em exemplos de custos e despesas ambientais.

Segundo Ribeiro, Gonçalves e Lima (2002, p. 05), custos ambientais são os consumos de recursos ocorridos na área de produção, mas voltados especificamente ao controle e preservação ambiental, tais como todos os insumos inseridos no processo operacional que tenham por objetivo preciso a eliminação ou redução de poluentes.

3 BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Algumas vantagens e benefícios da contabilidade ambiental são citados por Kraemer(2002), que enfatiza a mensuração e alocação dos custos ambientais, a mensuração dos passivos ambientais, a utilização intensiva de notas explicativas e indicadores de desempenho ambiental, verificação mais precisa das reduções de recursos como água, energia e solo, decisões tomadas baseadas nos custos e benefícios registrados pela própria contabilidade ambiental e também o fornecimento de informações e demonstrativos sobre a viabilidade e eficácia econômica das ações ambientais, além da transparência e interesse social, as correções das ações ambientais reduzindo o impacto na natureza e a qualidade dos dados e interpretação do público, interno e externo, avaliando assim uma qualidade da

gestão ambiental da entidade.

Ilo (1992), também cita alguns benefícios da Contabilidade Ambiental como:

aumento da contribuição marginal de “produtos verdes”, que podem ser vendidos a preços altos; - aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência; - linhas de novos produtos para novos mercados; - aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição, melhoria da imagem institucional; - renovação da carteira de produtos; - aumento da produtividade; - alto comprometimento do pessoal; - melhoria nas relações de trabalho; - melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas; - acesso assegurado ao mercado externo; - melhor adequação aos padrões ambientais.

4 MÉTODO DE PESQUISA

O presente estudo se enquadra em pesquisa exploratória-descritiva, com o intuito de proporcionar melhor contato com a situação problema, investigando a literatura disponível, com finalidade de conceituar, esclarecer e desenvolver conceitos relacionados com o tema proposto. Trata-se de uma pesquisa que busca descrever o conhecimento e importância do assunto através de uma determinada população.

Para levantamento da pesquisa de campo foi utilizado uma amostra da população de profissionais na área contábil de Itaperuna-RJ, para analisar suas percepções e nível de conhecimento sobre a contabilidade ambiental. Para a pesquisa foi utilizado o método Survey. Foram coletados dados por meio da aplicação de um questionário estruturado baseado em (Martendal, 2013) para que houvesse comparabilidade dos resultados.

O questionário teve suas questões elaboradas para respostas estruturadas por meio da escala Likert, que compreende opções de respostas do mais positivo para o mais negativo, devendo o entrevistado optar por excelente, suficiente, regular, pouco suficiente e insuficiente, de acordo com o conhecimento do tema proposto. A última pergunta foi aberta para resposta discursiva e foi aplicada para que os profissionais entrevistados pudessem demonstrar o conhecimento sobre o benefício da Contabilidade Ambiental.

A pesquisa foi realizada durante o mês de setembro de 2015, com uma amostragem probabilística e intencional de 25 profissionais ativos da cidade de

Itaperuna- RJ.

5 RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos com a pesquisa realizada, demonstrando o conhecimento dos profissionais e a importância sobre o tema abordado e confrontando-os com informações obtidas do trabalho de Martendal (2013) realizado na cidade de Florianópolis.

Em se tratando da instituição de Ensino Superior onde os profissionais realizaram o curso, 100% dos entrevistados cursaram faculdade particular.

Em relação à disciplina de Contabilidade Ambiental ou Gestão Ambiental, a pergunta foi se os profissionais a cursaram e verificou-se que 4 profissionais cursaram as disciplinas, representando 16 % dos entrevistados, demonstrando um incremento positivo na pesquisa atual como segue na figura 1.

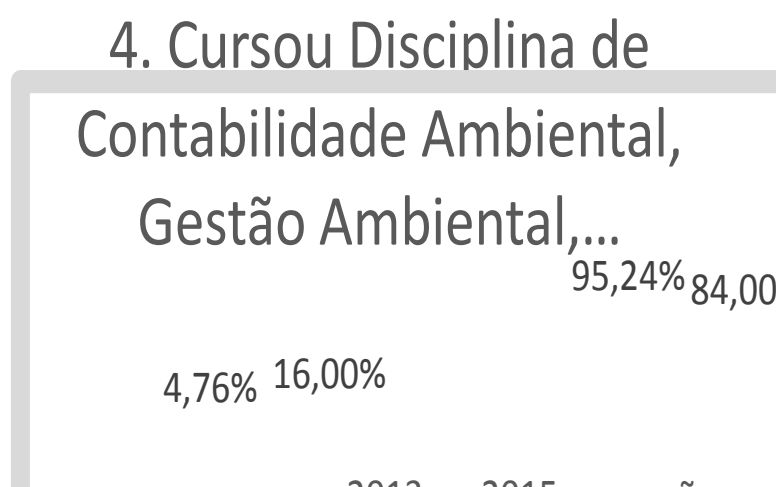


Figura 1. Profissionais que cursaram a disciplina de contabilidade ambiental e/ou gestão ambiental.

Perguntou-se também se os contadores participaram de eventos ou congressos ou se já obtiveram contato com algum material, como livros, revistas da área da Contábil Ambiental, mostrando assim o grau de interesse dos profissionais sobre o assunto abordado.

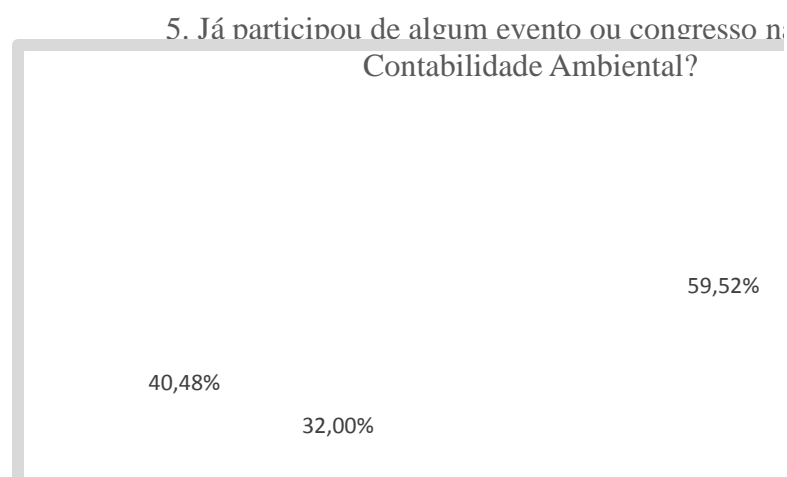


Figura 2. Profissionais que participaram de algum evento e/ou congresso na área contábil ambiental.

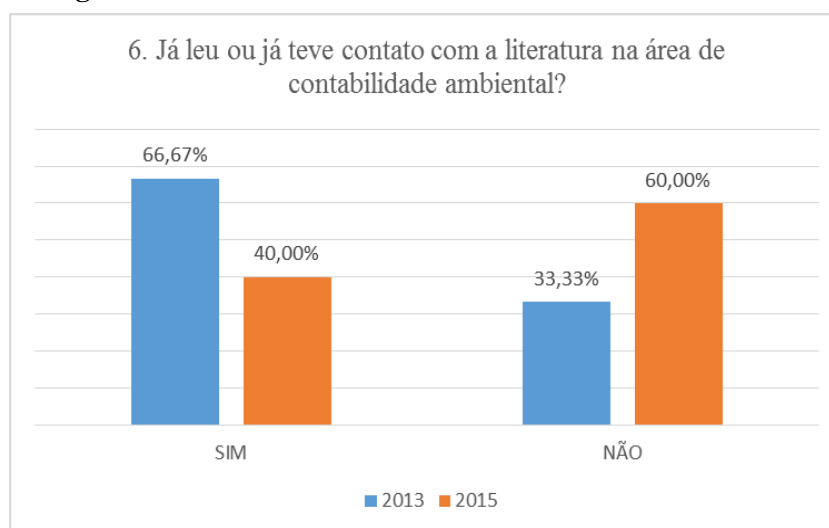


Figura 3. Profissionais que tiveram algum contato com materiais, literatura na área de Contabilidade Ambiental.

Em outra questão, abordou-se o nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do balanço social e de acordo com as respostas foi observado que 28% não possuem conhecimento, 16% possuem pouco conhecimento, 20% descrevem o conhecimento como regular 24% consideram o conhecimento suficiente e 12% tem conhecimento excelente. Confrontando com a pesquisa realizada em 2013, pode se observar que atualmente o conhecimento sobre o Balanço Social é maior.

.Na décima questão relatada, perguntou-se sobre a mensuração dos gastos para gerenciar os impactos causados pelas atividades das empresas ao meio ambiente, e com isso, na figura 5, podemos observar que a maioria dos

entrevistados considera seu conhecimento pouco suficiente a respeito do assunto.

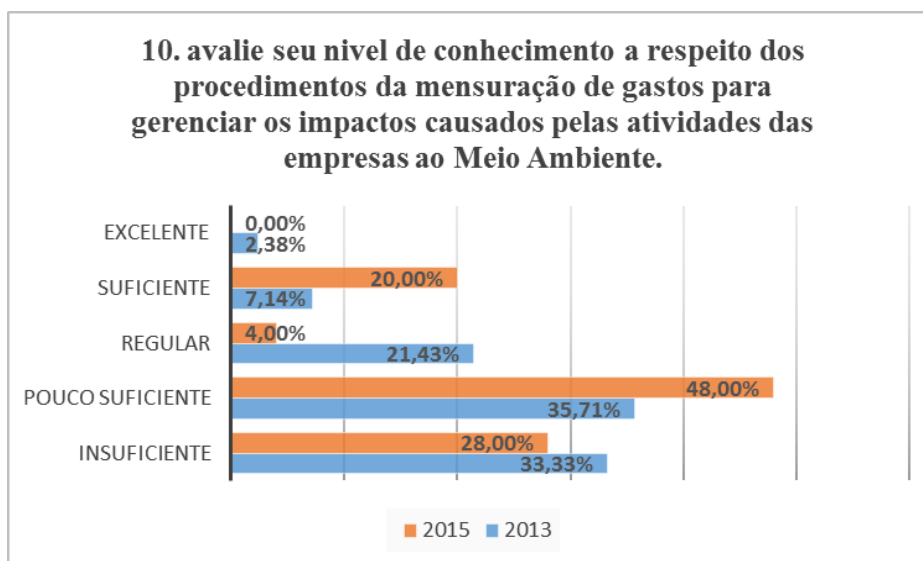


Figura 6. Nível de conhecimento a respeito da mensuração de gastos para gerenciar os impactos gerados pelas atividades das empresas ao Meio Ambiente.

A décima primeira pergunta refere-se à mensuração de passivos ambientais e registros dos ativos ambientais. Identificamos um nível de conhecimento maior na amostragem de Itaperuna em relação à Florianópolis como pode-se confirmar através da figura 7.

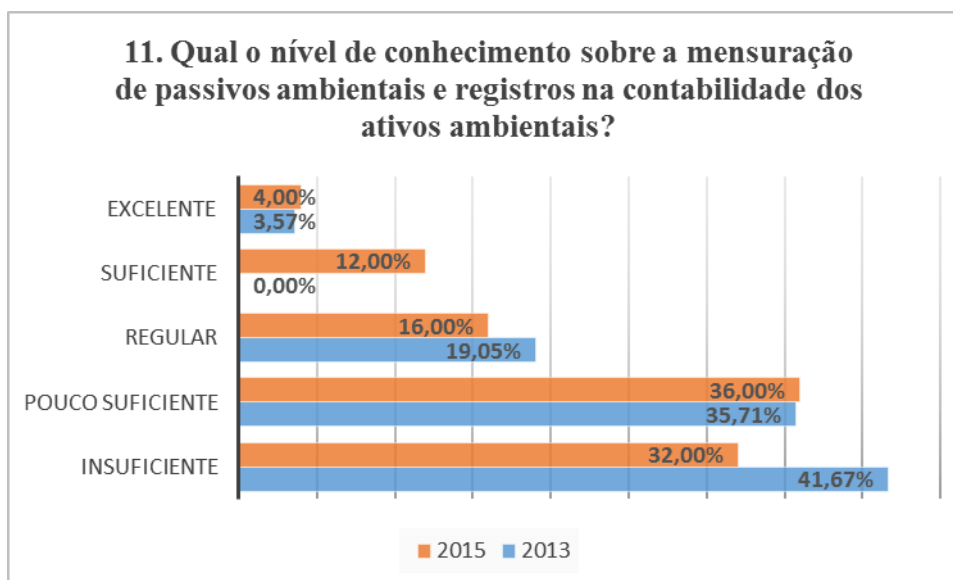


Figura 7. Nível de conhecimento a respeito da mensuração de Passivos e Ativos Ambientais.

Na questão seguinte tratou sobre o nível de conhecimento a respeito das ações de destinação reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas e o

resultado foi de que a maioria dos entrevistados descreve ter pouco conhecimento sobre o assunto, conforme figura 8.

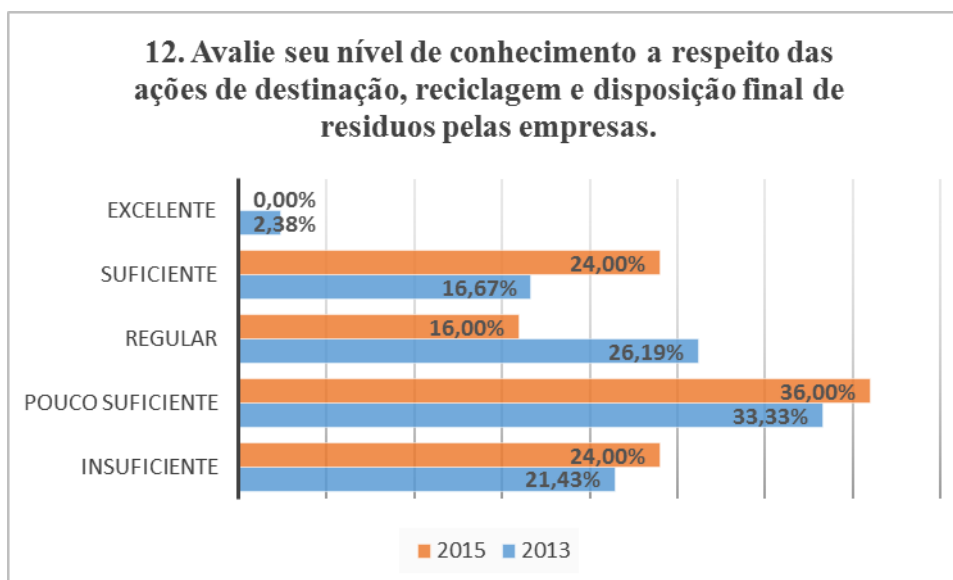


Figura 8. Nível de conhecimento a respeito das ações de destinação, reciclagem e disposição final de resíduos pelas empresas.

Em relação à décima terceira pergunta realizada, sobre a legislação e funcionalidade pública do ICMS Ecológico, pode-se observar, conforme a figura 8, que quase metade dos entrevistados (48%) desconhecem do assunto.

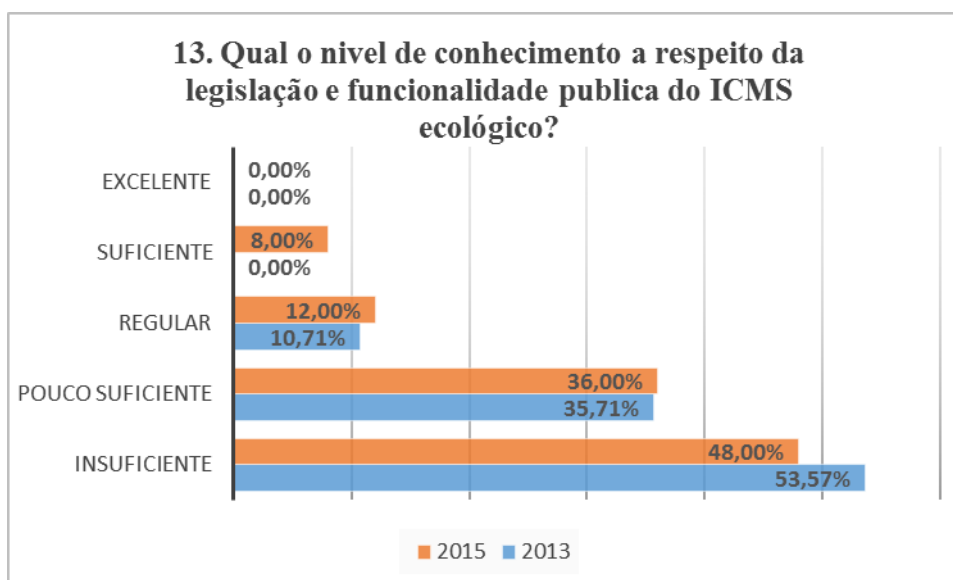


Figura 9. Nível de conhecimento a respeito da legislação e funcionalidade pública do ICMS Ecológico.

De acordo com as repostas seguintes, 56% dos profissionais descrevem ter conhecimento suficiente sobre como as empresas podem obter vantagens

competitivas graças às melhorias de gestão ambiental. Pode se observar que o conhecimento das vantagens nesta pesquisa obteve diferenças significativas comparadas ao de Martendal (2013).

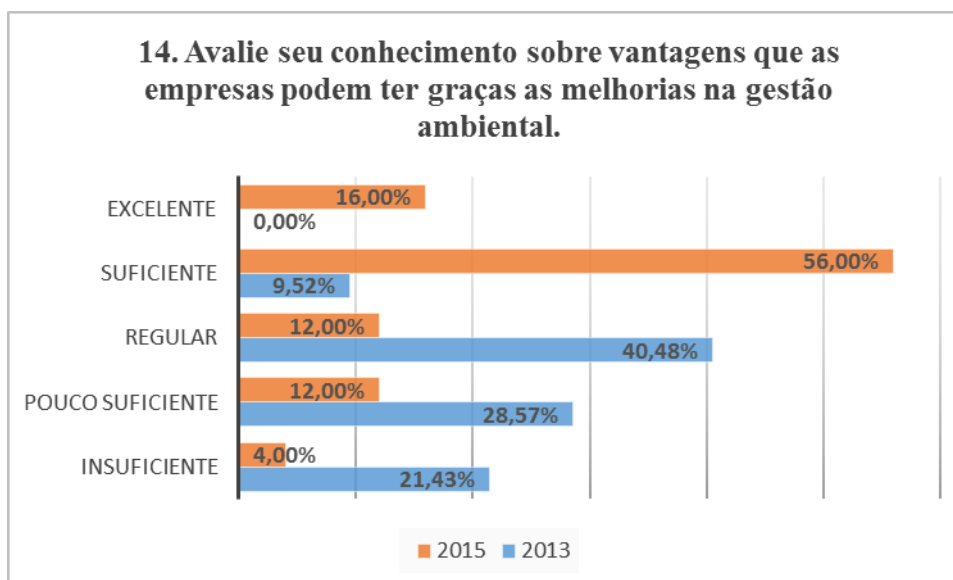


Figura 10. Nível de conhecimento a sobre vantagens para as empresas graças as melhorias na gestão ambiental.

Em relação à avaliação descrita pelos entrevistados sobre a contribuição das Ciências Contábeis para a sustentabilidade e gestão ambiental, 36% dos profissionais relatam ser excelente a contribuição, demonstrando que boa parte dos profissionais entrevistados entende que é importante a ligação da contabilidade com o meio ambiente. Esta pergunta foi realizada de forma aberta no estudo de Martendal (2013), assim não confrontamos as informações obtidas, mas os autores indicaram grande importância da contribuição da Ciência Contábil.

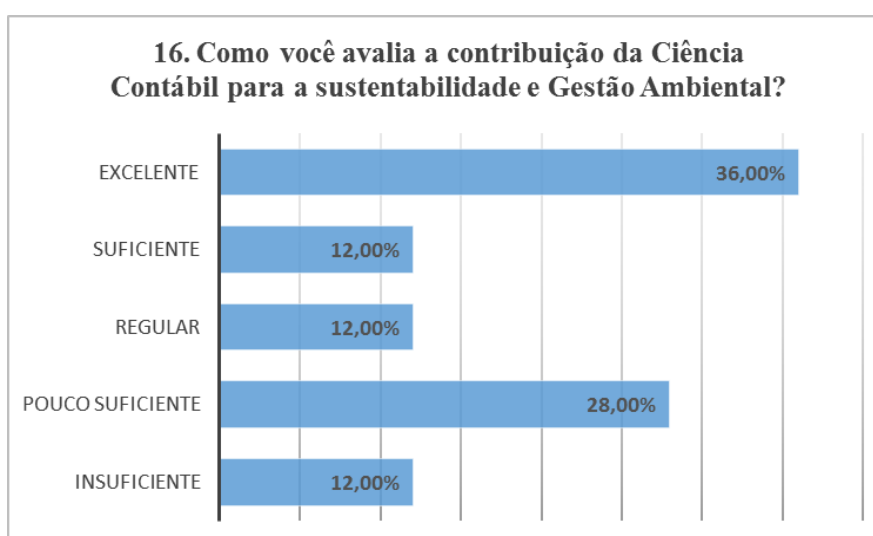


Figura 12. Avaliação sobre a contribuição da Ciência Contábil na sustentabilidade ambiental.

CONCLUSÃO

A Contabilidade Ambiental propõe-se na difícil tarefa de mensurar e criar metodologias contábeis para registrar os resultados das atividades de empresas que impactam tanto positivamente quanto negativamente o meio ambiente. A motivação das empresas para registrar os ativos ambientais e as receitas ambientais é notoriamente maior do que registrar os passivos ambientais e as despesas ambientais. Estas últimas normalmente têm seu cumprimento baseado em exigências legais e por órgãos reguladores que exigem uma postura de responsabilidade socioambiental que atinge diretamente os interesses dos *shareholders*, ou seja, dos donos da empresa.

Independente do interesse voluntário das empresas nas divulgações de suas ações socioambientais, da exigência legal ou de pressões dos *stakeholders* os contadores precisam estar preparados para atuarem neste campo de conhecimento. Esta pesquisa objetivou identificar o grau de conhecimento dos profissionais da área contábil da cidade de Itaperuna-RJ, a respeito da Contabilidade Ambiental e confrontar as informações obtidas com as de outra cidade.

Após análise das informações levantadas pela pesquisa bibliográfica, pode-se observar que a Contabilidade Ambiental tem peculiaridades que diferem da Contabilidade de outras áreas, dentre elas: as formas pelas quais as demonstrações contábeis são abordadas, o balanço social como instrumento informacional, as diferentes abordagens de ativo, passivo e Patrimônio Líquido, entre outros conceitos desenvolvidos.

Mesmo que os profissionais contábeis estejam cientes de que a contabilidade ambiental é importante e possa ajudar nas empresas, junto à Gestão Ambiental, este estudo concluiu que a maioria dos profissionais que atuam na contabilidade não possuem conhecimentos suficientes sobre o assunto. Muitos dos entrevistados entendem que o seu conhecimento é precário apesar do tema ser interessante, importante e com demanda para atuação no mercado de trabalho.

Em relação à última pergunta aberta realizada sobre o benefício da Contabilidade Ambiental, apenas um entrevistado respondeu esta pergunta demonstrando seu ponto de vista, o que pode tanto significar que a maioria dos profissionais ficaram desmotivados para respondê-las como também que realmente não possuem conhecimento sobre o assunto para escrever uma opinião.

Apesar do pouco conhecimento diagnosticado, a maioria dos profissionais concorda e tem ciência de que a implantação da gestão ambiental, junto com registros contábeis adequados, pode vir a melhorar significativamente o gerenciamento dos recursos aplicados, caracterizando uma importância da Contabilidade Ambiental na gestão e organização das entidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Henrique Medeiros de. et al. **Demonstrações Contábeis: Um Estudo da Contribuição à Tomada de Decisões Ambientalmente Saudáveis.** In: Engema – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 9, Curitiba, 9, 2007.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey.** 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO, G.M.B de. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática.** 2 ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CEZAR, Jesuina Figueira; SILVA JÚNIOR, Annorda. **A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006.** In: Congresso anual da associação nacional de programas de pós-graduação em ciências contábeis. São Paulo: ANPCONT, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, J. Carlos. **Introdução à teoria da Contabilidade – Para o nível de graduação.** 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria.** NPA 11 – Balanço e Ecologia. 1996. Disponível em: <<https://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

KRAEMER, Maria E. P. **A Contabilidade como Instrumento de Gestão Ambiental.** 2005. *Gestiopolis*, Colômbia, 2002. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/recursos3/docs/fin/contgesamb.htm>>. Acesso em: 22 de março de 2015.

LOPES, B. Alexandre; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade – Uma nova Abordagem.** São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia Científica.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

_____. **Análise das demonstrações contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACIEL, Carolina V.; LAGIOIA, Umbelina Cravo T.; LIBONATI, Jeronymo José; RODRIGUES, Raimundo N. Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de**

Contabilidade (RCC), v. 6, n. 11, p. 137-158, Jan/Jun, 2009.

MARTENDAL, Alair; UHLMANN, Vivian O.; VIEIRA, Eleonora M. F.; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Contabilidade Ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis. **Revista Enfoque Reflexão Contábil**. v. 32, n. 1, p. 29-47, Jan/Abr, 2013.

NOSSA, Valcemiro; Jesuina Figueira Cezar, Annor da Silva Júnior, Sylvania Neris Nossa. A Relação entre o retorno anormal e a responsabilidade social e ambiental: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006. **BBR – Brazilian Business Review**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 121-136, maio/ago. 2009.

PAIVA, Paulo R. de. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.

PFITSCHER, Elisete, D. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico**. Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2004.

QUEIROZ, E.L.S. A Contabilidade como um Instrumento de Gestão Ambiental Empresarial e sua Contribuição a Melhoria da Qualidade de Vida Planetária. Revista Pensar Contábil – CRC/RJ. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação (mestrado). FEA/USP, 1992.

_____. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – FEA/USP, 1998.

_____. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **O tratamento contábil dos créditos de carbono**. Ribeirão Preto, 2005.

ROSA, S. Fabrícia; LUNKES, J. Rogério. **Revolução verde: a gestão ambiental auxiliando a transformar o fantasma da poluição ineficiente em vantagem competitiva**. IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil; 2005.

TINOCO, João E. P; KRAEMER, Maria E. P. **Contabilidade e Gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 201.